

STJ00098041

**ALESSANDRA APARECIDA CALVOSO GOMES PIGNATARI**

Doutoranda e mestre em direito processual pela USP  
Especialista em direito processual civil pela PUC-SP  
Advogada em São Paulo e professora de direito processual civil

**EFEITOS PROCESSUAIS NO  
CONTROLE JUDICIAL DE  
CONSTITUCIONALIDADE**

COLEÇÃO ANDREA PROTO PISANI

Volume 11

**Coordenadores:**

Ada Pellegrini Grinover

Petronio Calmon



Gazeta Jurídica

Brasília

2014

1ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P684e

Pignatari, Alessandra Aparecida Calvoso Gomes

Efeitos processuais no controle judicial de constitucionalidade /  
Alessandra Aparecida Calvoso Gomes Pignatari; coordenação Ada  
Pellegrini Grinover, Petronio Calmon. - 1. ed. - Brasília: Gazeta Jurídica,  
2014.

464 p.; 23 cm. (Andrea Proto Pisani; 11)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-03-7

1. Direito constitucional - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. I. Grinover,  
Ada Pellegrini, 1933-. II. Calmon, Petronio, 1958-. III. Título. IV. Série.

13-06436

CDU: 342(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

1000332

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE .....	5
1.1 Aspectos gerais: premissas conceituais e classificatórias do controle de constitucionalidade .....	5
1.2 Características das principais categorias de controle de constitucionalidade .....	11
1.2.1 Controle político e controle jurisdicional .....	11
1.2.2 Controles preventivo e repressivo; difuso e concentrado; incidental e principal (concreto e abstrato) .....	16
1.3 Características do controle judicial de constitucionalidade brasileira .....	24
1.3.1 Combinação de diferentes métodos de controle .....	24
1.3.2 Disciplina processual .....	29
1.3.3 Parâmetro e objeto .....	30
2. EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIÁIS: PREMISSAS CONCEITUAIS .....	37
2.1 Efeitos, eficácia e efetividade das decisões judiciais: distinção conceitual .....	37
2.2 Efeitos e conteúdo das decisões judiciais: aspectos conceituais e sua relação com a eficácia .....	41
2.3 Tipos de efeitos das decisões judiciais .....	44
2.3.1 Efeitos secundários .....	45
2.3.2 Efeitos reflexos .....	53

2.3.3	Outras denominações dos efeitos da decisão judicial.....	57
2.3.4	Classificação das sentenças (à luz do seu conteúdo e dos efeitos que produzem) .....	58
3.	EFEITOS DAS DECISÕES NO MODELO DE CONTROLE DIFUSO-INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE .....	69
3.1	Efeitos <i>inter partes</i> .....	69
3.1.1	Efeitos <i>inter partes</i> : sua repercussão sobre a norma questionada .....	75
3.1.2	Efeitos <i>inter partes</i> e as tendências acerca da eficácia subjetiva das decisões do controle difuso-incidental.....	76
3.2	Efeitos da Resolução expedida pelo Senado Federal .....	81
3.2.1	Ampliação da eficácia das decisões do STF na via difusa e o papel do Senado Federal .....	88
3.3	Eficácia temporal das decisões (efeitos <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i> ) .....	91
3.4	A teoria da modulação de efeitos temporais no controle difuso-incidental .....	97
3.4.1	Outras dimensões da modulação de efeitos no controle concreto .....	110
3.5	Incidente de arguição de inconstitucionalidade nos Tribunais (CPC, 480 a 482) .....	113
3.5.1	Aspectos gerais .....	113
3.5.2	Efeitos das decisões proferidas no incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	122
3.5.2.1	Possibilidade de revisão das decisões plenárias proferidas no incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	128
3.6	Repercussão das decisões do STF (tomadas em controle difuso-incidental) sobre outros feitos .....	129
3.6.1	Súmula vinculante e repercussão geral de questão constitucional.....	129
3.6.2	Repercussão geral de questão constitucional: aspectos conceituais e procedimentais .....	129
3.6.2.1	Efeitos da decisão que aprecia a repercussão geral de questão constitucional .....	135
3.6.3	A denominada “objetivação” do recurso extraordinário...	141

3.6.4	Eficácia ampliativa dos efeitos das decisões do STF no controle concreto e <i>stare decisis</i> .....	147
3.6.4.1	<i>Stare Decisis</i> : principais contornos .....	148
3.6.4.2	Ampliação dos efeitos das decisões do STF no controle concreto, sua aproximação com o <i>stare decisis</i> e a dicotomia <i>civil law - common law</i> .....	155
3.7	Outros efeitos e discussões .....	159
3.7.1	Controle difuso-incidental de constitucionalidade no âmbito do recurso especial .....	159
3.7.2	Efeito uniformizador e preventivo geral.....	165
3.7.3	Efeitos do controle difuso-incidental exercido nas ações coletivas.....	167
3.7.4	Efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade por omissão.....	175
4.	EFEITOS PROCESSUAIS DAS SÚMULAS VINCULANTES..	183
4.1	Súmula vinculante: aspectos conceituais e sua relação com o controle judicial de constitucionalidade .....	183
4.2	Súmula vinculante e institutos similares do direito estrangeiro ..	188
4.3	O efeito vinculante da súmula do STF .....	191
4.3.1	Limites subjetivos do efeito vinculante da súmula do STF.....	195
4.3.1.1	Efeitos generalizantes.....	195
4.3.1.2	Alcance do efeito vinculante sobre os órgãos do Poder Legislativo .....	199
4.3.1.3	Alcance do efeito vinculante sobre os órgãos do Poder Judiciário.....	205
4.3.1.4	Alcance do efeito vinculante sobre órgãos decisórios não-pertencentes à estrutura do Poder Judiciário.....	208
4.3.2	Limites objetivos do efeito vinculante da súmula do STF .....	210
4.3.3	Aspectos temporais e modulação do efeito vinculante da súmula do STF.....	215
4.3.3.1	Outras dimensões da modulação do efeito vinculante da súmula do STF .....	221

4.4	Da comparação entre súmula vinculante e norma legal: principais repercussões processuais.....	223
4.5	Outros efeitos processuais da súmula vinculante .....	229
5.	EFEITOS PROCESSUAIS NO CONTROLE CONCENTRADO, ABSTRATO E PRINCIPAL DE CONSTITUCIONALIDADE ...	237
5.1	Mecanismos processuais em que se exerce o controle concentrado, abstrato e principal.....	237
5.1.1	Aspectos gerais.....	238
5.1.2	“Processo objetivo” .....	245
5.2	Efeitos <i>erga omnes</i> .....	250
5.2.1	Previsão legal e fundamentos teóricos .....	250
5.2.2	Efeitos <i>erga omnes</i> e sua repercussão sobre a ótica da norma apreciada na ação do controle abstrato.....	253
5.2.3	Eficácia <i>erga omnes</i> agregada à coisa julgada material..	255
5.3	Efeitos vinculantes.....	259
5.3.1	Previsão legal e controvérsias sobre o significado do efeito vinculante .....	259
5.3.1.1	Nossa posição sobre o significado do efeito vinculante .....	265
5.3.2	Alcance objetivo do efeito vinculante .....	266
5.3.3	Alcance subjetivo do efeito vinculante e consequências de seu descumprimento pelos seus destinatários.....	270
5.3.3.1	Descumprimento ou não-observância do efeito vinculante por seus destinatários e o cabimento de reclamação.....	276
5.3.3.2	Reclamação e mitigação do efeito vinculante.	283
5.3.4	Compatibilidade do efeito vinculante com as decisões interpretativas do controle abstrato de normas.....	286
5.4	Alcance temporal das decisões .....	288
5.4.1	Efeitos <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i> .....	288
5.4.2	Alcance temporal das decisões do controle abstrato sobre os atos jurídicos pretéritos .....	292
5.4.3	Alcance temporal da decisão de controle de inconstitucionalidade omissiva.....	295
5.4.4	Efeitos ripristinatórios.....	300

5.5	Modulação de efeitos das decisões do STF .....	303
5.5.1	Dimensão temporal da modulação de efeitos .....	305
5.5.1.1	Constitucionalidade da modulação de efeitos...	308
5.5.2	Outras dimensões da modulação de efeitos .....	315
5.5.2.1	Modulação de efeitos repristinatórios e o princípio processual da correlação entre sentença e pedido .....	319
5.6	Outros efeitos das decisões definitivas de mérito no controle abstrato .....	324
5.6.1	Efeitos do acolhimento e da rejeição do pedido na ADIn e na ADC, sob a ótica da coisa julgada .....	324
5.6.1.1	Indeferimento do pedido da ADIn e da ADC e a questão da natureza dúplice dessas ações .....	325
5.6.1.2	Propositura de nova ação de controle abstrato tendo por base uma mesma lei anteriormente considerada constitucional .....	331
5.6.1.3	Propositura de nova ação de controle abstrato com base em fundamentos diversos (e que existiam antes do trânsito em julgado da decisão primitiva) .....	338
5.6.2	Efeitos expansivos a preceitos normativos não-indicados na petição inicial da ADIn .....	340
5.6.3	Efeito uniformizador .....	346
5.7	Efeitos processuais das medidas liminares em ações do controle abstrato .....	348
5.7.1	Aspectos gerais .....	348
5.7.2	Efeitos <i>erga omnes</i> , vinculantes, <i>ex nunc</i> e repristinatórios .....	352
5.7.3	Outras discussões .....	356
6.	CONVIVÊNCIA ENTRE AS DECISÕES DAS DIFERENTES MODALIDADES DE CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE .....	357
6.1	Impacto das decisões definitivas de mérito do controle abstrato de normas em relação aos processos individuais em andamento e <i>sem</i> sentença transitada em julgado .....	358
6.2	Impacto da decisão definitiva de mérito de controle abstrato em relação aos processos individuais com sentença transitada em julgado .....	360

6.2.1	Superveniente decisão do controle abstrato e o cabimento de ação rescisória .....	364
6.2.1.1	Cabimento de ação rescisória e a interpretação divergente dos Tribunais .....	366
6.2.1.2	O prazo para o ajuizamento da ação rescisória ...	370
6.2.2	Superveniente decisão do controle abstrato e outros mecanismos voltados para desconsiderar a sentença que contraria entendimento do STF .....	372
6.2.3	Superveniência de declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade e impugnação do título executivo judicial.....	376
6.2.3.1	Hipóteses de incidência dos artigos 475-L, §1º e 741, parágrafo único do CPC e o precedente do STF como pressuposto indispensável à impugnação ..	381
6.2.3.2	Precedentes do STF que servem de base para a aplicação dos artigos 475-L, §1º e 741, parágrafo único do CPC .....	382
6.2.3.3	Influência da eficácia temporal e subjetiva dos precedentes do STF sobre a aplicação dos artigos 475-L, §1º e 741, parágrafo único do CPC .....	386
6.2.3.4	O juízo rescisório e alcance dos artigos 475-L, §1º e 741, parágrafo único do CPC .....	388
6.3	Impacto da decisão de controle difuso-concreto sobre outros processos .....	392
6.4	Impacto das súmulas vinculantes em relação aos processos individuais em andamento e aos processos individuais com sentença transitada em julgado .....	395
6.5	Ponto de confluência entre decisão de controle abstrato e súmula vinculante .....	399
6.6	Impacto da decisão liminar do controle abstrato sobre outros processos.....	399
	CONCLUSÃO .....	405
	REFERÊNCIAS .....	411